

ÓRGÃO: CÂMARA DE FISCALIZAÇÃO, ÉTICA E DISCIPLINA DO CFC

PROCESSO ADMINISTRATIVO DE FISCALIZAÇÃO CRCPB Nº 2024/000035

PROCESSO ÉTICO-DISCIPLINAR

RELATOR: RANGEL FRANCISCO PINTO

EMENTA:FISCALIZAÇÃO. EMISSÃO DE DECORE SEM COMPROVAÇÃO DOCUMENTAL. DESCUMPRIMENTO DE DETERMINAÇÃO EXPRESSA. REVELIA. PENALIDADES DE SUSPENSÃO, MULTA E CENSURA PÚBLICA. RECURSO DE OFÍCIO DESPROVIDO. 1. PROFISSIONAL AUTUADO PELA EMISSÃO DE 48 (QUARENTA E OITO) DECORES SEM A DEVIDA COMPROVAÇÃO DOCUMENTAL EXIGIDA PELA RESOLUÇÃO CFC 1.592/2020, BEM COMO POR DESCUMPRIMENTO DE DETERMINAÇÃO EXPRESSA CONTIDA EM NOTIFICAÇÃO FISCALIZATÓRIA. **2.** IDENTIFICAÇÃO DA INFRAÇÃO POR MEIO DE TERMO DE VERIFICAÇÃO QUE APONTOU IRREGULARIDADES NA TOTALIDADE DAS DECORES EMITIDAS, SEM APRESENTAÇÃO DE ESCRITURAÇÃO NO LIVRO CAIXA E DARFS COM COMPROVANTES DE PAGAMENTO, EXIGIDOS PARA RENDIMENTOS DO TIPO “PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DIVERSOS OU COMISSÕES”. **3.** AUTUADO NÃO ATENDEU ÀS NOTIFICAÇÕES ENCAMINHADAS PELO REGIONAL E PERMANECEU INERTE MESMO APÓS ABERTURA DE NOVO PRAZO. PROCESSO TRAMITOU EM REVELIA EM TODAS AS FASES.APLICAÇÃO DAS PENALIDADES DISCIPLINARES: **FATO 1** – SUSPENSÃO DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL POR 6 (SEIS) MESES E PENALIDADE ÉTICA DE CENSURA PÚBLICA; **FATO 2** – MULTA PECUNIÁRIA DE R\$ 1.126,00 (MIL CENTO E VINTE E SEIS REAIS) E PENALIDADE ÉTICA DE CENSURA PÚBLICA. **4.** CONSTATADO DOLO NA CONDUTA, COM INCLUSÃO DE DARFS SEM COMPROVAÇÃO DE QUITAÇÃO APENAS PARA LIBERAR DECORES NO SISTEMA, AFRONTANDO FRONTALMENTE O CÓDIGO DE ÉTICA PROFISSIONAL DO CONTADOR E A RESOLUÇÃO CFC 1.592/2020.

DECISÃO: A CÂMARA DE FISCALIZAÇÃO, ÉTICA E DISCIPLINA DECIDIU, POR UNANIMIDADE, CONHECER DO RECURSO DE OFÍCIO E, NO MÉRITO, NEGAR-LHE PROVIMENTO, MANTENDO AS PENALIDADES APLICADAS DE: (I) SUSPENSÃO DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL PELO PERÍODO DE 6 (SEIS) MESES E CENSURA PÚBLICA (FATO 1), NOS TERMOS DAS ALÍNEAS “D” E “G” DO ART. 27 DO DL 9.295/46, C/C ART. 9º DA RES. CFC 1.328/20, ITEM 20, ALÍNEA “C” DO CEPC (NBC PG 01), ART. 56, §3º, E ART. 57 DA RES. CFC 1.603/20; (II) MULTA DE R\$ 1.126,00 (MIL CENTO E VINTE E SEIS REAIS) E CENSURA PÚBLICA (FATO 2), NOS TERMOS DA ALÍNEA “C” E “G” DO ART. 27 DO DL 9.295/46, ITEM 20, ALÍNEA “C” DO CEPC (NBC PG 01), ART. 56 E 57 DA RES. CFC 1.603/2020 E RES. CFC 1.709/2023.UNÂNIME. DE ACORDO COM A ATA DE JULGAMENTO DA 439ª REUNIÃO DA CÂMARA DE FISCALIZAÇÃO, ÉTICA E DISCIPLINA. DECISÃO HOMOLOGADA PELO TRIBUNAL SUPERIOR DE ÉTICA E DISCIPLINA DO CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE, DE ACORDO COM A ATA DE JULGAMENTO DA 471ª REUNIÃO DO TRIBUNAL SUPERIOR DE ÉTICA E DISCIPLINA DE 19/02/2025.